

Comissão estuda para CORREIO BRAZILIENSE 2º grau uma reforma

- 8 NOV 1986

O ensino do 2º grau deve preparar simultaneamente o aluno para o trabalho e para o vestibular. Esta foi a principal conclusão a que chegou ontem a comissão para redefinir a política do ensino de 2º grau no País. Formada por representantes do Ministério da Educação e do ensino do 2º grau, além de pesquisadores das universidades federais, a comissão entregará um documento sobre o assunto na próxima semana ao secretário de ensino de 1º e 2º graus do MEC, Júlio Corrêa.

Antônio Carlos Máximo, assessor da Coordenadoria do ensino regular de 2º grau no MEC (COES) e membro da comissão, frisou a necessidade do 2º grau preparar melhor o aluno. "Toda educação é para o trabalho", disse. Acrescentou que as escolas de 2º grau precisam ministrar uma cultura geral sólida aos estudantes para que compreendam o fundamento das técnicas usadas na produção contemporânea.

O aluno, disse Antônio Carlos, deve ser preparado para a complexidade das relações sociais e para o trabalho. Para isso é neces-

sário uma revisão no currículo do ensino de 2º grau e transformações básicas no ensino de e superior, além da revisão da regulamentação da Emenda Calmon. Acrescentou que o currículo do 2º grau está sendo revisto por técnicos da COES e do CENAFOR (Centro Nacional de Aperfeiçoamento Pessoal para formação profissional).

Representantes da COES e do CENAFOR devem apresentar ao MEC uma nova proposta curricular para o ensino de 2º grau em maio de 1987, porém a proposta só será aprovada após ser discutida com representantes do ensino de 2º grau estados.

OSP

Entendem os professores ser necessário mais verbas para a educação. Para isso eles propõem uma revisão radical da emenda Calmon que destina 13 por cento orçamento global da União para a manutenção, educação e desenvolvimento do ensino.

A comissão eleita por educadores em dezembro do ano passado para definir

uma nova política para o 2º grau acha fundamental que sejam feitas mudanças nos conteúdos deste ensino. "É necessário garantir os conteúdos básicos de ciências, tecnologia, arte e filosofia", afirmou Antônio Carlos.

Ele informou que representantes regionais do ensino de 2º grau após estudar a pré-posta elaborada pela comissão, enviaram ao MEC suas sugestões, entre elas, a eliminação do currículo do 2º grau das matérias Moral e Cívica e OSPB (Organização Social e Política Brasileira). "Os professores entendem que o caráter ideológico destas matérias não está de acordo com o momento político da Nova República, observou.

No documento a ser entregue ao secretário de ensino de 1º e 2º graus do MEC a comissão vai ressaltar ainda a necessidade de ampliação e recuperação das escolas para atender melhor a demanda de alunos egressos do 1º grau. Segundo Antônio Carlos, as escolas públicas atendem hoje apenas 14 por cento da população em idade de cursar o 2º grau (na faixa etária de 15 a 19 anos).